



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

ATA N.º 3/2016

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas e quinze minutos em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Período para intervenção do público-----

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia-----

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente-----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia-----

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira. -----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº 1 da Sessão Ordinária de 12 de fevereiro de 2016. -----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Proposta de 1ª Revisão Orçamental (1ª. Revisão ao Orçamento da Despesas e 1ª. Revisão ao Plano Plurianual de Investimento). -----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Documentos de Prestação de Contas e Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município. -----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Norma de Controlo Interno – Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

nl

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Aprovação do Regulamento Definitivo do Conselho Municipal de Segurança

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 57º da Lei 75/13 de 12 de Setembro lavra-se a presente ata-----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão, desejou boa noite a todos os presentes e solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Ricardo Jorge Brinquete Lapão; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Pedro Manuel Alpalhão Bilro; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Luís Miguel Generoso Baltazar; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Joaquim Manuel Ganito Trincadeiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; João Miguel Cordeiro Geadas Letras; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Pedro Velez Paulo; Pedro Miguel Lopes Grego; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro; João Pedro Martins Leitão.-----

-- Verificou-se a ausência do membro: Francisco José Ramalho Mendes, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento nº.1**) e foi substituído pelo senhor Luís Miguel Generoso Baltazar. João António Ameixa Morgado, que justificou a sua falta (cuja justificação de arquiva em pasta anexa como o **documento nº.2**) e foi substituído pelo senhor João Pedro Martins Leitão. -----

----- Seguidamente **tomou posse** o membro **João Pedro Martins Leitão**, que foi substituir o membro João António Ameixa Morgado. -----

PONTO UM: Período para intervenção do público

----- **O senhor João Espiguiinha** desejou boa noite a todos os presentes e informou que estava ali em representação da Associação de Pais da Escola E23, Padre Bento Pereira de Borba e enquanto membro do Conselho Geral da Escola. -----

----- Disse "(...) o assunto é recorrente, nós já por diversas vezes o focámos noutros contextos e noutras situações. Neste momento impunha-se que fizéssemos um ponto de situação face aos temas que trago, (...) três questões, respeitantes ao edifício principal da escola". Continuou "(...) nós Associação de Pais em conjunto com o Conselho Geral, solicitámos a intervenção do Município, relativamente à colocação de uns resguardos no pátio que serve o interior a escola (...), para servir de proteção aos miúdos, nomeadamente nos períodos mais frios (inverno). Soubemos que a situação avançou para a fase de orçamentação, e, entretanto, não tivemos mais nenhum contato, nem conhecimento, relativamente a esta questão. A primeira questão era mesmo saber em que ponto é que as coisas estão? Se há evolução ou não, sobre essa matéria". -----

----- Continuou "A outra questão tem a ver com a falta de Plano de Medidas de Autoproteção e de



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

evacuação para a Escola. Entendemos que é uma matéria extremamente importante de resolver, já foi discutida em outros Conselhos Gerais (...), também não sabemos em que ponto está a situação. Se está previsto para breve a resolução. Gostaríamos de saber o ponto da situação, por parte do Município".

----- Disse "A última questão que quero colocar, tem que ver com a manutenção dos equipamentos, designadamente do AVAC, o equipamento do acondicionamento do ar. Foi-nos informado que havia uma empresa que estaria em condições de avançar com esse sistema avançado, para fazer esse tipo de trabalho. Também, não sabemos, em que ponto estão as coisas".

----- Realçou "(...) era sobre estes temas que queria uma resposta do senhor presidente da Câmara".

----- **O presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes e respondeu ao senhor João Espiguinha "(...) relativamente à primeira questão – resguardo, (...) quando falámos no Conselho Geral Educação e no Conselho Municipal de Educação, de acordo com a escola, porque eu entendo que quem gere a escola é que deve "mandar" na escola. Fizemos a primeira abordagem, que foi aprovada pela escola. Essa abordagem teve um parecer técnico, de um técnico desta Câmara (...), que foi enviado para a pessoa que está a tratar do Plano de Medidas de Autoproteção da Escola, que entendeu que por razões de segurança, não seria a melhor conveniência".

----- Segunda questão, respondeu "(...) relativamente ao Plano de Medidas de Autoproteção da Escola, está feito. No entanto, o João sabe que existe uma boa articulação entre nós, os bombeiros e as forças de segurança para resolver as coisas. (...) é evidente que para haver meios próprios que definam as responsabilidades de cada um (...), tem que existir um Plano, e esse está feito. Vai ser enviado em quatro exemplares, cada um para as entidades competentes, e espero que seja aprovado. Aproveito para informar que independentemente deste Plano ser aprovado ou não, já articulei com as entidades (bombeiros, forças de segurança), de forma a procedermos à execução de um simulacro, para sabermos se as coisas funcionam como deve ser".

----- Relativamente à terceira questão AVAC, disse "(...), quando entramos para a câmara aquele equipamento não funcionava. Aos poucos e poucos, juntamente com a escola conseguimos que as coisas comesçassem a funcionar. Após contatamos a empresa que montou esses equipamentos de ar condicionado, uma empresa de Braga, entendemos que deveria existir alguém que fosse responsável pela manutenção dos mesmos. Esta empresa indicou-nos uma empresa de Setúbal, que é responsável pela manutenção deste tipo de equipamentos contratámo-la, e as coisas estão a andar. Verificámos que existem filtros nesses equipamentos que precisam de ser substituídos, a adjudicação para a substituição dos mesmos já está feita há cerca de dois meses, dentro de pouco tempo serão montados".

----- Realçou "(...) estamos a fazer aquilo que é possível fazer-se. No entanto em meu entender existe uma coisa que já deveria estar feita há muito tempo que é o Plano de Medidas de Autoproteção. (...), mas a minha melhor preocupação tem que ver com as crianças, no caso de chover muito, ou estiver muito calor, onde e como é que se protegem".



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

----- Adiantou "(...) felizmente que existe uma Associação de Pais que está preocupada com o bem-estar das crianças. Como presidente da Câmara, temporário, fico muito contente em que as pessoas falem nos sítios certos, nos sítios convenientes, para corrigirmos coisas, que podem ser corrigidas". --

----- Relativamente ao Resguardo, disse "(...) existe uma outra solução que a escola aprovou, e aguardamos parecer/aprovação em termos de Medidas de Autoproteção. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...) estou de acordo com o que o senhor presidente disse, que devemos falar das coisas nos sítios certos. É lamentável que sobre este assunto, haja muita gente a falar, nomeadamente o senhor presidente, fora do sítio". -----

----- Continuou "(...) dentro do Projeto da Escola existem dois projetos que são: o Centro Escolar que é da responsabilidade da Câmara Municipal e a Escola C+S Padre Bento Pereira, que é da responsabilidade da Direção Regional da Educação, e mais, qualquer alteração que exista carece da aprovação da Direção Regional de Educação". -----

----- Referiu que os eleitos do Partido Socialista, "(...) vêm alertando, desde que tomámos posse, para a necessidade de haver uma pessoa que zele pela manutenção daquele equipamento (AVAC). Se os filtros hoje estão estragados (...), provavelmente se tivesse havido a devida manutenção, não estavam assim". Continuou "(...) quando se disse que as coisas não funcionam (...), isso resulta do facto de não haver uma pessoa responsável pela manutenção, e terem colocado curiosos a mexer num equipamento que controlava tudo aquilo". -----

----- Relativamente às Medidas de Autoproteção, adiantou "(...) lamento que só hoje é que realmente estejam prontas, quando havia condições para que tivessem sido feitas logo no início. Já foi dito aqui pelo PS que a escola não deveria ter arrancado sem essas medidas". -----

----- **O membro Rui Franco** desejou boa noite a todos os presentes, e disse "(...) esta questão da escola é uma questão extremamente importante, a segurança, a aprendizagem das crianças, está tudo associado há qualidade do espaço. A Associação de Pais, tem apreendido que há muitos problemas funcionais na escola, (...), que não foram acautelados. Muitas situações a nível do edifício, da orientação, conforto térmico (...). Essas coisas estão a ser corrigidas lentamente, com o tempo, mas existem coisas que poderiam ter sido evitadas, se tivesse havido mais cuidado na análise do projeto (...), talvez agora não tivesse que existir "remendos" na escola". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse "(...), talvez, a discussão destes assuntos tivessem, mais cabimento no ponto referente a: outros assuntos, de interesse para a Autarquia. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse "(...) o importante é resolver os problemas, sejam eles do passado ou não. Eu não vivo do passado, vivo do presente e viverei do futuro. O futuro a Deus pertence, e o passado, a alguns que fizeram mal ou bem e já foram julgados, (...). O meu empenho é resolver os assuntos, lamentavelmente alguns demoraram muito tempo". Continuou "(...) o assunto dos resguardados será resolvido num curto espaço de tempo", -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

----- Concluiu "(...) vamos apreendendo com os erros dos outros e com os nossos próprios erros, e isso torna-nos mais fortes em prol desta população escolar, em prol da nossa terra - Borba". -----

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente

----- O membro **Célia Alpalhão (2ª Secretária)** desejou boa noite a todos os presentes, e relativamente ao expediente entrado, informou ter sido recebida a seguinte documentação: -----

- **Ofício do Grupo Desportivo e Cultural da Nora** apresentar os Novos Corpos gerentes da Grupo Desportivo e Cultural da Nora. -----
- **Ofício da Câmara Municipal** – Parecer sobre o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança do Município de Borba. -----
- **Diversos ofícios do Partido Socialista** a solicitar a seguinte documentação: -----
 - *Informação sobre todo o processo de avaliação (SIADAP) dos trabalhadores relativo aos anos de 2014 e 2015, nomeadamente as datas de definição, entrega de objetivos e datas de entrega de avaliações. Solicitamos ainda informação obre a data de definição e entrega de objetivos relativa ao ano de 2016.* -----
 - *Listagem de saída de viaturas ao fim de semana durante o ano de 2015, da qual deverá onde constar identificação da viatura, condutor e tipo de serviço prestado.* -----
 - *No caso de autocarros qual a associação ou entidade ao serviço da qual se efetuou a deslocação.* -----
 - *Listagem das horas extraordinárias dos trabalhadores, com relação nominal pagas durante o ano de 2015.* -----
 - *Cópia do ajuste direto da intervenção efetuada no Parque Infantil de Santiago Rio de Moinhos.* -----
 - *Informação sobre a titularidade do Parque Infantil.* -----
 - *Cópia documento de parceria existente entre a Santa Casa da Misericórdia de Borba e projetos de Borba relativos ao PARU – Plano Áreas de Reabilitação Urbana, conforme foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal na Assembleia Municipal. de 12 de fevereiro de 2016.* -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

- *Cópia do protocolo elaborado entre a C.M. de Borba e a Cáritas Diocesana para "substituição da cobertura do prédio das Buscanhas" como referido no relatório de atividade do Município apresentado na Assembleia Municipal de dezembro/2015. -----*
- *Cópia dos Protocolos de descentralização com as Juntas de Freguesia do Município para o ano de 2015, nomeadamente no que se refere à pintura do edifício Escola EB1/JI de Santiago Rio de Moinhos. -----*
- *Cópia do projeto da "1ª fase de remodelação do passeio na Urbanização da Cerca" bem como o autor do projeto e processo de consulta para realização de obras em loteamento particular. -----*
- *Cópia do projeto da escadaria em mármore efetuada na Urbanização da Cerca, bem como a autorização do proprietário dos lotes e seu enquadramento no projeto de construção dos mesmos. -----*
- *Cópia do protocolo existente entre a Câmara Municipal de Borba e os Bombeiros Voluntários de Borba relativo à pintura do edifício e qual a data da reunião de Câmara em que o mesmo foi aprovado, no ano de 2016. -----*
- *Mapa de deslocação dos autocarros do Município ao fim de semana durante o ano de 2015, bem como o serviço efetuado, nomeadamente ao serviço de que instituição/organismo. -----*
- *Cópia dos ajustes diretos relativos à requisição de serviços a todas as empresas de trabalho temporário no ano de 2015. -----*
- *Cópia do protocolo existente entre a Câmara Municipal de Borba e Junta de Freguesia de Rio de Moinhos sobre a praça de Touros, bem como a escritura ou acordo de titularidade existente entre o proprietário do imóvel e a Câmara Municipal de Borba. --*
- *Cópia do Edital relativo à hasta pública de venda dos eucaliptos propriedade da Câmara Municipal de Borba localizado no que vulgarmente se designa por "Cabeço do João Pires" no centro da freguesia frente ao edifício da Casa do Povo. -----*
- *Projeto de substituição do telhado do edifício onde se localiza a sede do Sport Club Borbense, bem como o autor do projeto e parecer da DRCALEN- Direção Regional da Cultura do Alentejo. -----*
- *Cópia do ajuste direto relativo à Iluminação de Natal no concelho. -----*

➤ **Ofício da Câmara Municipal** – envio de Relatório de Avaliação do ano de 2015, referente ao Estatuto do Direito de Oposição. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

- **Ofício da Câmara Municipal** – com o Parecer emitido da CADA (Comissão Acesso Documentos Administrativos), e queixa apresentada pelos eleitos do PS.-----
Segundo o parecer emitido pela CADA, “(...) deverá ser facultado gratuitamente o acesso à informação solicitada pelos eleitos do PS, na forma pelos mesmos escolhida”. -----

----- Relativamente ao **Expediente Expedido** -----

- **Email aos membros da Assembleia municipal**, com o ofício do Tribunal de Contas, sobre a Homologação da Conta Relativa ao Exercício de 2008, com as recomendações transmitidas ao executivo municipal, dando cumprimento, assim, ao último paragrafo do mesmo ofício. -----
- **Ofício ao Partido Socialista (PS)**, a informar sobre o parecer recebido da CADA (Comissão Acesso Documentos Administrativos), no que respeita à queixa apresentada pelos eleitos do PS – Seção de Borba, de pedido de documentação. -----
- **Ofício Presidente Câmara Municipal-** com os ofícios enviados pelo PS (Partido Socialista) – seção de Borba, a pedir toda a documentação referida anteriormente, no Expediente Entrado.

----- Informou, que como usualmente o Expediente encontra-se disponível para consulta. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou o seguinte” (...) foram tomadas as diligências solicitadas no ofício recebido do Tribunal de contas. Foi enviado por email a todos os membros com assento na Assembleia Municipal, o ofício com as recomendações, enviadas pela segunda seção do Tribunal de Contas e subsecção, para conhecimento dos mesmos, no que respeita à Homologação da Contas relativas ao Exercício de 2008” -----

----- Seguidamente, chamou o membro do Conselho Municipal de Segurança, a senhora Helena de Jesus Clérigo Letras, para tomar posse, da qual foi elaborada ata, (que se arquiva em pasta anexa, como **documento nº 3**). -----

----- **O membro Ângelo de Sá** apresentou e leu duas tomadas de posição, que seguidamente se transcrevem, para que fiquem em ata. -----

“Tomada de Posição - **Empreitada da Avenida D. Dinis de Melo e Castro** -----

----- Os eleitos do PS após analisarem a documentação fornecida relativa ao caderno de encargos relativos à empreitada da Av. D. Dinis Melo e Castro, permite-lhes apresentar as seguintes observações, que no mínimo consideramos irregulares e que não defendem o erário público em várias situações, nomeadamente nas cláusulas 13,14,16,23,25,28 ... entre outras, uma vez que nunca se entrega ao Adjudicatário a decisão de contactar diretamente o projetista ou outras entidades externas



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

ou preconizar que o Dono da obra pague ensaios para verificar a qualidade do trabalho (é regra da arte e é responsabilidade do adjudicatário a realização dos mesmos). Quanto ao dono da Obra, que é a Câmara Municipal de Borba, prevê em caderno de encargos os nº 1,2 e 3 do art.º 28., implicitamente está a assumir o nº.4 desse art.º ou seja, encargos acrescidos para o dono de Obra, que poderão ser monetários ou de tempo. Em fase de formação do contrato não fazia parte o Plano de Segurança e Saúde/Compilação técnica nem o **PPGRCD** - Plano de Prevenção de Resíduos, Construção e Demolição da empreitada, juntamente com os restantes elementos. É comunicado ao adjudicatário a sua aprovação, posteriormente à assinatura do Contrato, em 31-10-2014. Aprovou-se que documentos? -----

- O Desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde/Compilação Técnica para a fase da obra (DPSS) é proposto pelo Adjudicatário com base no elaborado pelo Dono da Obra e que se encontra patente a concurso, à semelhança do **PPGRCD** - Plano de Prevenção de Resíduos, Construção e Demolição Ora, se foram patenteados, o que é que se aprovou? -----

- Da análise resultou o seguinte: -----

1. Não foram enviados os relatórios preliminar e final da proposta vencedora. Foram feitos? Se não foram qual a justificação? -----

2. Adjudicação: A 10 de setembro de 2014 adjudicou-se a empreitada, Anexa à adjudicação está o projeto de decisão de adjudicação, onde o técnico responsável diz (com erro ortográfico) "(...) o concorrente foi convidado a melhorar a sua proposta, em virtude de ter sido detetada na declaração Anexo 1 e na Proposta de referência ao Procedimento "01/EMP/2014", em vez de **02/EMP/2014** "e considerando-se que se deveria tratar de um lapso de escrita, por os documentos em causa provavelmente terem sido por base referentes a tal procedimento". -----

3. Comunicou-se ao adjudicatário a adjudicação em 01/10/2014, convocando o mesmo para a assinatura do contrato para o dia 09/10/2014. -----

4. Contrato, o contrato foi assinado a 09/10/2014. O documento, não é mais que cópia do Caderno de Encargos, mudando apenas o valor dos trabalhos. -----

5. Foi feita comunicação para a Autoridade para as Condições de Trabalho antes da consignação? Onde está? -----

6. Foi-nos enviado um Plano de Trabalhos e respetivo Cronograma Financeiro. Onde está o Ajustado à data da Consignação e respetiva aprovação? Existe? -----

7. A Consignação deveria ter sido feita 30 dias após a assinatura do contrato, conforme definido legalmente e comunicado ao Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (antigo INCI) no prazo definido no Código dos Contratos Públicos. Foi realizada em 19-12-2014. Estas são as diretivas impostas pelos auditores do Tribunal de Contas para qualquer procedimento público, apesar e não abastante o facto desta obra não necessitar de visto desta entidade. -----

8. Na cláusula 32.ª do Contrato refere-se que "ao empreiteiro a quantia total (...) os 39.900,00€".



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

Porquê? Os trabalhos são medidos e paga-se os que se executam. Como se sabe que vai ser exatamente aquela quantia? Onde está a proposta com os preços unitários do adjudicatário? Já em caderno de encargos se faz a mesma afirmação, com exceção do valor. -----

9. Tendo em conta o prazo de execução da obra (45 dias), a mesma teve de ficar concluída em 23-01-2015. Ficou? -----

10. Quais foram os outros trabalhos que decorreram em simultâneo com a obra em questão? Foram trabalhos feitos por administração direta ou contratados? Tudo isto tem que ser comunicado à Autoridade para as Condições do Trabalho, aquando do envio da Comunicação Prévia e do envio da atualização mensal deste documento. -----

11. Há auto de receção provisória total ou parcial? Este documento não nos foi enviado. -----

12. Houve prorrogações de prazo ou suspensões? Não nos foi dado conhecimento. -----

13. Foi comunicado à Direção Regional de Cultura do Alentejo, em 08-01-2015, que o ofício nº.330/DSBC/2014, de 26/06, emitido por essa Entidade não havia sido dada entrada do mesmo na Câmara Municipal de Borba, porque ia endereçado ao cuidado do Senhor Vereador Nelson Sousa, o qual, segundo o senhor Presidente da Câmara não integra o executivo camarário. O senhor Vereador em causa integra o executivo camarário, apenas não faz parte da maioria. -----

14. Revisões de preços? Foram feitas? Não foi enviado cálculo das mesmas, mas tendo em conta os índices a que respeita a obra o seu valor eventualmente poderá ser negativo, ou seja, a favor da Câmara Municipal de Borba. Sem as revisões de preços não é possível fazer a conta final da obra, conforme legalmente definido, nem enviar para o Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (antigo INCI). -----

15. No que se refere à fórmula da revisão de preços e aos prazos de garantia, trata-se de um ponto muito importante. Na cláusula 32ª. do Caderno de Encargos é definida para a empreitada a Fórmula de Revisão de Preços F10 – Estradas. Porquê? Uma vez que se trata de uma obra de drenagem de águas pluviais e de esgotos? Deveria ter sido adotada a F21 – Redes de abastecimento de águas e águas residuais ou a F23 - redes de rega e de drenagem. A F10 poderia eventualmente usar-se em conjunto com uma das referidas anteriormente (podemos ter mais que uma Fórmula de Revisão de Preços), caso no Contrato estejam incluídos trabalhos de pavimentação e estes tenham um peso monetário considerável na obra. -----

16. Coordenador de Segurança em Projeto: Pessoa nomeada pelo Dono da Obra, cujas funções estão definidas no art.º 19º. do DL nº.273/2003, de 29 de outubro. -----

definidas no art.º 19º. do DL nº.273/2003, de 29 de outubro. Não se afigura legal que o Dono da Obra faça a nomeação de uma pessoa em nome individual e no mesmo despacho coloque outra para ficar no terreno. A Autoridade para as Condições do Trabalho teve conhecimento? O Decreto Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro é omissivo sobre esta matéria, pelo que é a Autoridade para as Condições do Trabalho que têm de se pronunciar. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

18. No que respeita a questões técnicas e de forma muito sucinta e do pouco que se consegue depreender do projeto, a obra não era mais que construir uma galeria técnica. Para este tipo de infraestrutura existem normativos explícitos sobre a regra de arte, uma vez que em determinada fase no projeto se refere que já existem outras infraestruturas de natureza diferente no local. Foram cumpridos os normativos nacionais e europeus? Existe tela final desta infraestrutura e da localização das restantes para efeitos futuros? -----

19. Existe compilação técnica? Também não nos foi dado conhecimento. -----

- Acredite senhor Presidente que esta tomada de posição constitui apenas um pequeno contributo para ajudar os trabalhos futuros e não fosse a sua prepotência e arrogância, talvez não existissem tantas irregularidades em nossa opinião nesta obra. -----

- Será para evitar tomadas de posição desta natureza que o senhor não fornece a informação à oposição? -----

- Esta tomada de posição deve ser enviada para: -----

- Direção Geral das Autarquias Locais; -----

- ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho; -----

- Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo; -----

- POVT – Programa Operacional da Valorização do Território; -----

- POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos; -----

- Inspeção Geral das Finanças. -----

- Os eleitos do PS "-----

----- Segunda Tomada de Posição entregue pelos eleitos do PS – Partido Socialista Seção de Borba.

- "Tomada de Posição - **Parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos** -----

- Os eleitos do PS – Partido Socialista, aguardam inúmeras respostas a ofícios enviados ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal no âmbito da atividade de fiscalização previstos na lei em vigor. –

- Os eleitos do PS - Partido Socialista, recorreram à Comissão de acesso aos documentos administrativos, denunciando a situação que se passava neste município em que a Câmara Municipal não responde aos pedidos de informação feitos pelos eleitos do PS e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não cumpre a lei e pactua com aquilo que a Câmara Municipal faz. Isto é, pura e simplesmente não fornece os dados ou documentos solicitados. -----

Os eleitos do PS tiveram conhecimento do ofício vergonhoso enviado pela Câmara Municipal de Borba à CADA carregado de mentiras nomeadamente. -----

- "A disponibilização dos documentos e informações solicitadas, pela sua multiplicidade, tem importado para a autarquia uma despropositada e desmedida afetação de recursos humanos e físicos, cujos custos não têm sido imputados aos requerentes, uma vez que tal fornecimento tem sido efetuado gratuitamente". -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

-“Considerando o caráter sistemático das solicitações (vinte e seis pedidos em cerca de vinte meses) e o facto de se reportarem a um número excessivo de documentos, entendemos serem as mesmas manifestamente abusivas. De referir, mais uma vez, que os custos para Município com a disponibilização dos documentos e informações pedidas ascendem já aos milhares de euros, atentas as horas de trabalho e os meios logísticos despendidos. -----

- A CADA – Comissão de Acesso Documentos Administrativos, emitiu o Parecer nº 71/2016, em 23/02/2016, como se pode verificar é dada razão aos eleitos do PS e até agora, o Senhor Presidente da Assembleia nada fez, limitando-se a enviar o parecer da CADA que os eleitos do PS já haviam recebido diretamente daquele organismo. Refira-se, no entanto, que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal somente deu conhecimento oficial através de ofício em 12/04/2016 passado cerca de dois meses após ter tido conhecimento do parecer da CADA. -----

- Com que objetivo procedeu desta forma o Senhor Presidente? -----

- O que já fez para que o Senhor Presidente da Câmara responda aos eleitos do PS de acordo com o previsto no Estatuto do Direito de Oposição e com o referido no parecer de CADA? -----

-- Estas atitudes mais se comparam com o que se passava no Estado Novo do que propriamente com o que se passa no Regime Democrático” -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** (...interrompendo) disse “(...) o senhor está a ser ofensivo para mim (...), quem é que o senhor é para estar a falar do estado novo. O senhor está a falar de mim e do Estado Novo”. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** (interrompendo) disse “(...) eu não disse nada de isso senhor presidente (...)”. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse “o senhor está a ser ofensivo, e o regulamento diz que cada vez que os membros sejam ofensivos, deve-se interromper (...)”. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** (continuando ...) disse “(...) estas atitudes mais se comparam com o que se passava no Estado Novo, do que propriamente com o que se passa no Regime Democrático em que vivemos há 42 anos. Não é admissível esta postura do executivo de maioria CDU/MUB, com a conivência da Mesa da Assembleia Municipal e particularmente do seu Presidente. O senhor tinha conhecimento disto há dois meses, e o senhor sabe que os eleitos do PS tinham razão, e nada fez, portanto eu tenho de dizer isto”. -----

- “Os eleitos do PS consideram esta atitude vergonhosa e apresentam o mais vivo repúdio pela mesma, nada digna da sociedade democrática em que vivemos, ficando a aguardar a resposta a todos os elementos solicitados. -----

- Esta Tomada de Posição deve ser enviada para: -----

- CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos; -----

- Delegado do Ministério Público; -----

- Provedor de Justiça; -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

- Direção Geral das Autarquias Locais; -----
- Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo; -----
- Associação Nacional de Municípios; -----
- CIMAC; -----
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República. -----
- Os eleitos do PS" -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse "(...) enquanto eu estiver na Câmara a mesma é tranquila e transparente e daremos "tudo", de acordo com as conveniências dos serviços (...). Como tinha dúvidas sobre a entrega dos documentos solicitados, pedi parecer à CADA – Comissão Acesso aos Documentos Administrativos, sobre a obrigatoriedade de entrega desses mesmos documentos. Este organismo respondeu, que deve ser entregue a documentação solicitada, pelos requerentes na forma por eles solicitada". -----

----- Referiu que era interessante a forma como o deputado/membro se dirigia à coligação CDU/MUB.

----- Relativamente ao referido na primeira Tomada de Posição entregue, disse "(...) serão "respondidos todos os itens enunciados na mesma e entregues aos requerentes". -----

----- Continuou "(...) a obra que foi feita na Av. Dinis de Melo e Castro, foi uma obra para benefício da população. O que é lamentável, foi um telefonema feita pela ACT – Autoridade Condições do Trabalho, relativamente a duas denúncias anónimas feitas, de um trabalho feito em determinado sítio (...)". -----

----- Referiu "(...) quando nós comparamos situações incomparáveis, de Estado Novo com o Estado Democrático de 42 anos, é sinal que nunca fomos democratas". -----

----- Realçou "(...) a minha grande vantagem é esta tranquilidade de espírito que toda a vida hei-de ter. Não sou prepotente, antidemocrático, respeito toda a gente, mas acima de tudo respeito as pessoas de Borba, independentemente de terem votado em mim ou não. Não estou preocupado com o meu futuro político, como alguns aqui estarão (...). Estou preocupado em ser a pessoa que sempre fui (...), ter o respeito por quem sempre tive (...)". -----

----- Terminou a sua intervenção reforçando "(...) todos os documentos serão entregues, de acordo com a conveniência dos serviços (...)". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse "(...) é óbvio que a obra foi feita. (...) dessas cartas anónimas, quando foi feita a obra da envolvente da praça, tive mais de dez, exatamente pela mesma razão. Fique ciente que da parte dos eleitos do Partido Socialista, que aquilo que lhe temos a dizer, dizemo-lo claramente, não fazemos cartas anónimas e enviamos para onde temos que enviar". -----

----- **O membro Pedro Grego** desejou boa noite a todos os presentes e disse que tinha uma Saudação da parte da CDU para apresentar, (que se arquiva em pasta anexa, como **documento nº4**) e seguidamente se transcreve. -----

----- *"Saudação – 1º de maio.* -----

- *Conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, no dia 1 de maio de 1886, centenas de milhares de operários de Chicago encetaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário.* -----
- *A violenta repressão associada à justeza da reivindicação teve reflexos a nível internacional, dando origem à declaração do dia 1 de maio, como o dia internacional dos Trabalhadores.* -----
- *Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.* -----
- *Desde há 130 anos que as sucessivas lutas dos trabalhadores têm contribuído decisivamente para significativas conquistas nas relações de trabalho, a construção de um valioso património civilizacional e um quadro de referências que dá dimensão democrática às sociedades.* -----
- *De realçar a importância de que se reveste a organização do movimento sindical, com estruturação local, nacional e internacional, na defesa de um objetivo comum: a dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores.* -----
- *As profundas aspirações dos trabalhadores e de todos os grupos desfavorecidos são parte importante na celebração do 1º de maio na defesa de políticas sociais universais – na saúde, na educação, na justiça, na segurança social e na velhice, através de pensões dignas.* -----
- *Felicitemos, fraternamente, todos os trabalhadores, fazendo enérgico apelo a todos á participação ativa nas celebrações do 1º de maio de 2016.* -----
- *É dever cívico dizer “presente”, porque não existe democracia sem trabalho com dignidade, sem negociação da contratação coletiva, sem justa remuneração, sem garantia de emprego com direitos, sem liberdade de organização sindical.* -----
- *Os eleitos da CDU”.* -----

----- **O membro Augusto Guégués** desejou boa a todos os presentes e disse que ia apresentar uma Tomada de Posição (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº5**), e seguidamente se transcreve. -----

- *“Tomada de Posição – Relatório de Oposição* -----
- *O Partido Socialista de Borba recebeu o relatório de avaliação do ano de 2015 relativo ao Estatuto do Direito de Oposição de acordo com o previsto na legislação em vigor.* -----
- *Este relatório não traria qualquer surpresa se o que dele constasse correspondesse minimamente à verdade.* -----
- *No entanto o que a maioria do executivo CDU/MUB escreveu no referido relatório apenas demonstra que teoricamente sabem o que devem fazer, mas na prática nada ou muito pouco do que é referido no relatório corresponde minimamente à verdade.* -----
- *É preciso ter lata para que este executivo de maioria CDU/MUB diga, em relação ao direito à*



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

informação, que foi comunicado em prazo razoável. -----

- Informação escrita sobre os assuntos de interesse público, quando esta informação é dada de forma pouco clara e muitas vezes omitida. -----

- Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do município, quando existem dezenas de ofícios enviados pelos eleitos do PS aos quais não foi dada resposta. -----

- Remessa à Assembleia Municipal de minutas de atas e atas das reuniões de Câmara após aprovadas, quando estas são exclusivamente enviadas à mesa da Assembleia Municipal e não enviadas aos eleitos do Partido Socialista. -----

- É preciso ter lata quando é referido em relação ao Direito de Participação que foi assegurado à oposição o direito de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, quando várias vezes só com grande insistência dos eleitos do PS conseguem não permitir que lhes seja cortada a palavra aquando das intervenções dos Eleitos nas sessões da Assembleia Municipal. -----

- Os eleitos do Partido Socialista nem sequer foram consultados relativamente ao Orçamento e Plano de atividades de 2016, quando o relatório apresentado diz o contrário em relação ao direito de participação dos eleitos. -----

- Perante o que atrás foi referido, os eleitos do Partido Socialista apresentam o mais veemente protesto pela forma e conteúdo com que o relatório de avaliação do Estatuto do Direito de Oposição do ano de 2015 e revela o nulo sentido democrático que tem norteado a atitude da maioria CDU/MUB em relação à oposição e neste caso concreto no que concerne aos eleitos do Partido Socialista. -----

- Esta Tomada de Posição deve ser enviada para: -----

- DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais -----

- Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. -----

- Grupos Parlamentares da Assembleia da República. -----

- Os eleitos do Partido Socialista” -----

----- O presidente da Câmara Municipal disse “(...) o Estatuto de Oposição muitas vezes é maltratado, naquilo que deveria ser comunicado (...). Primeiro porque a oposição não tem instalações próprias, não tem nenhum administrativo (...), mas penso que os vereadores transmitem às respetivas forças políticas o que se está a passar, por isso a informação existe. Lamento é a falta de instalações físicas para os eleitos, neste caso do PS e do PSD, receberem os eleitores de Borba, falarem com eles, ouvi-los, percebê-los (...), serem um porta voz em reuniões de Câmara e depois em Assembleia Municipal, dos anseios que eles têm”. -----

----- Referiu “o membro Augusto Guégués, na Tomada de Oposição, apresentada referiu o termo “lata”, umas quantas vezes, agora volto eu a repetir uma coisa muito simples, é preciso ter “lata”, quando o MUB ganhou as eleições em 2013, com cerca de mil e seiscentos votos para a Câmara e a



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

CDU com cerca de seiscentos, ou setecentos votos, com o devido respeito pelos eleitores, falar constantemente, aliás é a tônica do PS, dizer CDU/MUB. O MUB com o devido respeito democrático é que manda nesta assembleia. Manda porque está a respeitar os anseios de Borba (...). -----

----- **O membro João Letras** desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...) o que nós assistimos há pouco, na pessoa do membro Ângelo Sá, foi um exercício de pura hipocrisia e demagogia política (...). Durante os três mandatos do partido socialista à frente desta Câmara, eu gostaria de ter visto o PS mais preocupado, digamos, com as legalidades ou ilegalidades que muitas das vezes refere aqui nesta assembleia, enquanto oposição, e que muitas delas também foram cometidas no passado, tais como: não entrega da documentação a tempos e horas nas assembleias, (...) isso aconteceu com alguma frequência (...)" -----

----- Continuou "podíamos agora dizer, que o único autarca desta Câmara que foi condenado por ilegalidades cometidas, durante o seu mandato, foi o membro atual Ângelo de Sá, bem como vários pareceres da Direção Geral de Finanças, que reprovou sistematicamente a forma como a Câmara Municipal e o Município foi gerido nos últimos anos, por parte do executivo liderado pelo atual membro Ângelo de Sá. -----

----- Eu, também gostaria de ver o Partido Socialista mais preocupado, com as questões que já falámos, Plano de Evacuação da Escola, se não tivesse existido tanta pressa em querer inaugurá-la, talvez tivesse tido mais tempo para que o Plano de Evacuação tivesse sido feito, que tanta necessidade faz, e que agora felizmente vai ser posto em prática". -----

----- Salientou "gostaria de ter visto esta preocupação nos mandatos anteriores, que agora manifestamente apresentam e é legítima (...), mas nos mandatos anteriores não havia tanto essa minúcia (...) neste tipo de questões agora colocadas (...)". -----

----- Acrescentou "gostaria que o partido socialista permanecesse mais tempo na oposição, para que mais minúcia, e maiores questões sejam colocadas ao longo dos próximos mandatos (...), para que tudo corra dentro da legalidade, como os eleitos do Partido Socialista aqui querem fazer mostrar e vincar esse papel". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse "(...) eu ainda admitia esta defesa vinda da CDU (...) não entendo, o PSD está altamente preocupado com aquilo que o PS fez há três anos atrás ou há doze anos atrás, e não está nada preocupado com o que se está a passar agora". -----

----- Esclareceu "(...) um Plano de Evacuação, só se pode fazer depois de estarem definidas as Medidas de Autoproteção. (...) Os eleitos do PS andam desde o início a dizer que isto tinha que ser feito e que era urgente, e nunca vi os eleitos do PSD com essa preocupação (...)". -----

----- **O membro Paulo Ferreira** desejou boa noite a todos os presentes, e disse "(...) gostaria de colocar duas questões relativamente à escola, uma delas é respeitante à possibilidade de se estender a proteção, sem intervir nas saídas de emergência, e se já falaram com o arquiteto do projeto (...), relativamente à possibilidade dessas alterações". -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse (...), pedi a uma técnica desta Câmara, que fizesse o pedido ao arquiteto responsável pelo projeto da obra em causa, e fui informado que já tinha sido feito, e que quando não existe uma resposta escrita é aprovado tacitamente depois de decorrer o prazo estipulado para a resposta". -----

----- Continuou "(...) a escola está feita, mas existem, algumas deficiências (janelas que caem, cabos que não estão ligados ...), umas já foram tratadas e reparadas, outras estamos a tentar solucionar". --

----- Acrescentou "(...) caso não exista resposta do arquiteto responsável pelo projeto da escola, na próxima semana, será contactado por mim e contactarei a DGEST, de forma a obter uma resposta definitiva quanto à possibilidade das alterações pretendidas." -----

----- Realçou, o bom diálogo existente entre a escola, na pessoa do Diretor do Conselho Executivo, e a Câmara. Elucidou a gerência da Escola é feita pelo Diretor, com ajuda do Município nas áreas que são da sua competência. -----

----- **O membro Paulo Ferreira** lamentou o facto do presidente da Assembleia Municipal, ainda não ter assistido a nenhuma reunião do Conselho Municipal de Segurança, nem se ter feito representar, referindo "(...) não me parece que a Assembleia saia dignificada, com todo o respeito que o senhor merece (...)". -----

----- Continuou "(...) lamento profundamente que haja mais uma vez a questão do PS sobre o protocolo com os Bombeiros Voluntários de Borba. Quando este está feito e assinado. A Câmara PS acabou com o subsídio aos Bombeiros, é o único Município do país que não dá um cêntimo aos Bombeiros, e terminou com esse subsídio em junho de dois mil e nove sob a presidência do Dr. Ângelo de Sá, (...). O protocolo que existe, e está assinado, é para obras anuais, até ao montante de mil e quinhentos euros. Relativamente às pinturas, informo que comprámos nós as tintas com a ajuda do Presidente da Junta de Freguesia da Matriz, que nos indicou onde poderíamos adquirir as tintas a um valor mais baixo, e a Câmara ao abrigo do protocolo disponibilizou o trabalho". -----

----- Realçou "(...) repito pela Câmara PS fomos o único corpo de Bombeiros do país que não teve apoio nenhum da Câmara". -----

----- No seguimento pediu que quando fosse possível, alterassem a fotografia do senhor Presidente da República "(...) que tanto mal fazia ao membro Ângelo de Sá (...)". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Paulo Ferreira que ainda não tinha sido fornecida a fotografia oficial do senhor Presidente da República, por parte do Gabinete do Presidente da República. -----

----- Disse "(...) talvez também fosse interessante saber-se a história do carro de desencarceramento dos Bombeiros, do problema que foi para resolver a situação, porque alguém disse que pagaria no sítio certo, e nunca pagou no sítio certo (...)". -----

----- Informou que os Bombeiros de Borba estavam a concorrer para as EIP – Equipas de Intervenção Permanente, e que se conseguissem a aprovação do projeto eram mais uns postos de trabalho criados.



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

----- Realçou "(...) temos de ter a postura de acreditar que todos juntos é que fazemos alguma coisa por esta terra. Não vale a pena brigas, nem discussões, todos temos virtudes e defeitos, mas todos temos consciência que queremos o melhor para a nossa terra, e acima de tudo somos pessoas!". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse "(...) vou tentar saber, porque é que foi feito o corte aos Bombeiros, de momento não me lembro bem do que se passou na altura". -----

----- Informou que o carro de desencarceramento foi pago faseadamente, pois tinha sido deliberado em reunião de câmara aquele procedimento. Acrescentou "(...) foi oferecido uma ambulância, e feito um projeto de ampliação do quartel, a qual acabou por não ser executada. (...)". -----

----- Continuou "(...) eu não sou contra o Protocolo com os Bombeiros, sou contra é que se diga aqui, nesta casa, que os serviços estão a ser feitos com base num protocolo com os Bombeiros quando ele ainda não tinha vindo a reunião de Câmara (...)". -----

----- **O membro Luís Baltazar** desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...) a temática que aqui hoje trago, tem que ver com o Regulamento Participativo, que está no site do Município de Borba, uma vez que este regulamento é uma cópia integral (...) orçamento Participativo de Lagoa no Algarve, apenas alterando algumas especificidades (...)". -----

----- Referiu que a sua intervenção era para dar conhecimento ao senhor presidente da Câmara daquela matéria, e que o mesmo a tentasse resolver da melhor forma, porque não fazia muito sentido aquela situação. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse "(...) penso que não houve plágio nenhum. A ideia é começarmos com este orçamento participativo, de forma que todas as pessoas possam participar, e que mais tarde tenham orgulho no facto de ideias que foram por si apresentadas, darem frutos para o bem de Borba". -----

----- **O vereador Joaquim Serra** explicou "(...) existem cerca de trezentos ou quatrocentos Regulamentos de Orçamento Participativo em todo o país, todos eles com a base na mesma matriz, depois há que os adaptar à realidade (...)". -----

----- Continuou "(...) o espírito que este tem de diferente em relação ao de Lagoa, é que nós privilegiamos as assembleias locais em detrimento das propostas por internet (...), mas este documento está em discussão pública, e nessa discussão pública são propostas alterações (...) e o documento depois chegará aqui á assembleia para aprovação, e nessa poderemos discutir todos os outros conteúdos". -----

----- **O membro João Pedro** desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...) ao fim destes três anos podemos aqui afirmar que a maioria PS não fez nada mal (...), ou melhor, o membro Ângelo de Sá fez tudo bem, porque todas as coisas que lhe são apontadas ele tem que ter direito de resposta, e tem que dizer alguma coisa, porque afinal fez tudo bem". -----

----- Relativamente à questão do Estatuto do Direito de Oposição disse "(...) houve vários episódios durante as maiorias do PS na Câmara e na Assembleia, entre as quais, e só para dar um exemplo,



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

intervenções de membros na Assembleia Municipal que não constaram em ata (...), embora tivessem ficado gravadas (...). Continuou "(...) foi aqui dito que a CDU é o sustento do MUB, se calhar isto para o PS é mais um trauma, um tormento, porque a CDU passou doze anos a apontar tudo aquilo que O PS fazia de mal feito nesta Assembleia Municipal, se calhar é mais um trauma do que um sustento. A CDU passou durante doze anos a apontar ao PS várias situações de erros (...)". -----

----- Seguidamente questionou o membro Augusto Guégués, se ele sabia qual tinha sido a votação da CDU na Câmara Municipal, relativamente ao Estatuto do Direito de Oposição. -----

----- **O membro Luís Baltazar** apresentou uma Tomada de Posição dos eleitos do Partido Socialista, que seguidamente se transcreve e (arquiva em pasta anexa como documento nº6). -----

----- "Tomada de Posição -----

- *Após quatro anos em que o aumento substancial do IMI seja pela reavaliação do património imobiliário que ocorreu em 2012, ou pelo fim da cláusula de salvaguarda que foi extinta pelo governo da direita, os portugueses e naturalmente os borbenses depararam-se com uma forte subida do IMI o que aliás, no nosso caso se reflete num aumento significativo da receita corrente proveniente do IMI.* -----

- *Finalmente, as últimas eleições legislativas ditaram a recusa da austeridade e da política de empobrecimento que castigou as famílias nos últimos anos. Por iniciativa do governo e da maioria que o suporta na Assembleia da República, o PS, PCP e Bloco de Esquerda e PEV, o Orçamento do Estado para 2016 contempla uma redução da taxa máxima do IMI e a reintrodução da cláusula de salvaguarda, além da isenção do imposto para as famílias mais necessitadas cujo rendimento bruto não ultrapassa os onze mil e quinhentos e setenta euros (11570€), anuais mesmo quando estejam em situação de incumprimento para com o Estado.* -----

- *Esta é, mais uma vez, a prova de que vontade política consegue transpor barreiras que julgávamos intransponíveis.* -----

- *Os eleitos do PS na Assembleia Municipal de Borba congratulam-se pelo facto do Primeiro-ministro, António Costa, e do seu governo ter sido capaz não só de devolver a normalidade constitucional ao país recuperando o respeito pela dignidade da pessoa outrora tão desprezada, por ter restaurado um clima de confiança nas instituições em geral e, particularmente, por já ter contribuído positivamente com a sua ação governativa na vida da população do nosso concelho como é o exemplo a redução do IMI, algo que a coligação MUB/CDU a título local nunca tentou verdadeiramente.* -----

- *Esta tomada de posição deve ser enviada para:* -----

- *Direção Geral das Autarquias Locais;* -----

- *Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;* -----

- *Grupos Parlamentares da Assembleia da República;* -----

- *Os eleitos do PS "*-----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou "(...) desde 2002 que é aplicada a taxa máxima no nosso concelho. Borba continua a aplicar a taxa máxima, porque pertence ao grupo I do PAEL, e a



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

lei obriga a que sejam aplicadas as taxas máximas". -----

----- **O membro Luís Baltazar** disse (...) o senhor presidente esquecesse da receita global do imposto (...), com a reavaliação dos imóveis o IMI aumentou substancialmente, basta acompanhar a receita global do IMI, e verificar, é nesse sentido que é apresentada esta Tomada de Posição. Com a reavaliação patrimonial, que aconteceu em 2012, o aumento foi brutal". -----

----- **O membro Leonel Infante** desejou boa noite a todos os presentes e perguntou "(...) senhor presidente da Câmara em que estado, está o processo do Tribunal de Contas, em que foi condenado o anterior presidente da Câmara". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse "(...) isso é um assunto muito sério, toca com pessoas, vocês sabem qual é a minha opinião desde o princípio (...). No dia 7 ou 8 de março foi feito o pagamento que tinha sido ordenado pelo Tribunal de Contas". -----

----- Informou que "(...) aquele processo não era um processo da Câmara, a Câmara MUB/CDU nunca foi interveniente nisto, como muita gente quer fazer crer (...). Foi um processo herdado, malconduzido, que lamentavelmente obriga a coisas não muito agradáveis (...)". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse "(...) como fui visado aqui de uma forma perversa, tenho o direito a exercer a minha defesa. Disse ao membro Ângelo de Sá, que aquela intervenção não era dirigida a ele. Continuou "(...) aquele assunto que se falou aqui, que foi tão controverso, não foi mais que um relato puro e simples do facto de terem entrado vinte e seis pedidos da mais diversa natureza, quase todos eles de natureza espúria, em cerca de vinte meses de mandato, procurando assim do meu ponto de vista, afogar o trabalho desenvolvido de forma empenhada e séria pelos funcionários desta Câmara. - Na mais pura lógica do conhecimento procurámos informação junto da CADA, se estas atitudes configuravam um uso, ou pelo contrário configuravam um abuso. Tivemos a resposta numa carta datada de três de fevereiro de dois mil e dezasseis. -----

- Para algumas pessoas constitui vergonha, falar verdade; assim desta maneira, uma completa inversão de valores não consentânea com pessoas de bem. -----

- Vergonha é despudoradamente faltar à verdade; vergonha é servir-se de todos os meios para alcançar obscuros fins; vergonha é lançar calúnias; vergonha é abusar da boa fé e da boa vontade das pessoas, em suma ser antiético. -----

- Todos nós sabemos para além disso o que constitui vergonha, por isso não vou enumerar exaustivamente todo este tipo de comportamentos. -----

- Apesar de conhecer todos os pressupostos originais e determinantes, anteriormente citados, a Inspeção-geral de Finanças, um dos múltiplos destinos a que foram enviadas, responde-me em carta datada de três de fevereiro de dois mil e dezasseis. -----

- Não deixo de realçar e de estranhar que pessoas que se acham com tão grande experiência política voltem a ser inconsequentes e pouco claras, utilizando abusos, quando apresentam textos tão pouco conexos. -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

- Não estou habituado a comportamentos de pessoas que confundem capciosamente devaneio, com reconhecimento preciso e exato de factos". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** respondendo "(...) senhor presidente, os eleitos do PS, tal como os eleitos do MUB e da CDU, têm o direito de questionar a Câmara de acordo com a lei, e têm o direito de exigir (...). -----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu "(...) o problema nunca foi esse (...). O senhor não sabe ouvir (...)". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** continuando "(...) senhor presidente os eleitos do PS, esses vinte e tal ofícios que enviaram não são mais nem menos, que ir há contabilidade e (...) dar um simples click, para se saber o que se pretende. (...) existem documentos que foram pedidos pelos eleitos do PS que os senhores intencionalmente não responderam. Os eleitos do PS estão abertos para qualquer esclarecimento sobre a documentação solicitada. O que está escrito na carta, é que todos os eleitos temos o direito de pedir aquilo que entendemos, e de acordo com o Estatuto da Oposição (...) nós eleitos, todos, temos esse direito". -----

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira. -----

----- O **presidente da Câmara Municipal** informou que "(...) a situação da Câmara continua a ser uma situação muito difícil. O orçamento é pequeno, mas é um orçamento realista, onde tem que existir muito bom senso para que as coisas funcionem, para que o mesmo seja distribuído da melhor forma para os Borbenses". -----

----- Pediu ao Chefe de Divisão Dr. António Passinhas que explicasse a situação financeira do município de Borba. -----

----- Seguidamente informou que se encontrava à disposição, caso fosse necessário dar alguma informação/explicação para alguma dúvida que pudesse surgir. -----

----- O membro **Rui Franco** perguntou ao senhor presidente, qual era o ponto da situação, relativamente à ETAR de Santiago Rio de Moinhos. Seguidamente disse "(...) existem problemas ambientais gravíssimos no Barro Branco, da responsabilidade das Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Houve alterações por parte da tutela, houve alterações do executivo das Águas de Portugal (...), e parece-me que o processo está um pouco "embrulhado", mas o problema é muito grave, de saúde pública (esgotos a céu aberto, afluentes por fazer (...), da responsabilidade de uma entidade teoricamente credível. -----

----- Acrescentou "(...) seria útil pedirmos um cronograma real, às Águas de Portugal, onde nos digam o início da obra, concurso e em que ponto de situação se encontra o assunto em questão". -----

----- O **presidente da Câmara Municipal** informou que este assunto está a ser tratado, de forma mais lenta do que era previsível, porque surgiram alguns contratempos, como por exemplo os terrenos



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

onde vai ser construída a ETAR e a mini ETAR que vai dar apoio ao Barro Branco e Talisca. Estes terrenos ainda não foram expropriados/comprados. Acrescentou "(...) no início de maio, as Águas de Lisboa e Vale do Tejo ficaram de informar sobre o ponto da situação." -----

----- **O membro Joaquim Trincadeiras** desejou boa noite a todos os presentes, e apresentou um documento (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº7**) e seguidamente se transcreve: ---

- "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Exmos. Senhores Secretários; -----

- Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Exmos. Senhores Vereadores; -----

- Exmos. Senhores membros da Assembleia Municipal; -----

- Minhas senhoras e meus senhores; -----

- Espero, com esta minha intervenção, não vir a cometer nenhuma inconfidência, até porque este assunto já aqui foi referido. -----

- Dirijo-me em especial ao Exmo. Senhor Vereador Joaquim Serra Silva, vereador com os pelouros do Desporto e Tempos Livres; educação e Juventude; Turismo; Desenvolvimento Económico e Defesa do Consumidor; Património; Cultura e Ciência; Associativismo. -----

- Exmo. Senhor vereador, no dia trinta de abril de dois mil e quinze tomei a liberdade de, por e-mail, lhe lançar um desafio, desafio esse que tinha como finalidade o reconhecimento público, por parte do Município de Borba, às prestações notáveis das diferentes coletividades do concelho, nomeadamente no campo desportivo, assim como aos agentes desportivos com relevantes prestações a nível nacional - concretamente, na arbitragem. -----

- Recebi, a quatro de maio de dois mil e quinze, uma sua resposta onde me agradecia a proposta, "algo em que vinha pensando", acrescentou. Nesta mesma resposta, Exmo. Senhor Vereador sublinhava a necessidade de "em conjunto temos que pensar num formato que possa ter continuidade...", sugerindo a realização de uma reunião entre os clubes desportivos para se avaliar a concretização da ideia. ----

- Um mês e meio depois, concretamente a quinze de junho de dois mil e quinze, na ausência da referida reunião, voltei a insistir por e-mail na tentativa de saber se a ideia sempre poderia avançar. Dois dias depois, no dia dezassete de junho de dois mil e quinze, recebo uma enigmática resposta, "**queria que avançasse ainda não houve consenso em relação a modelo e data**". -----

- Pergunto, não houve consenso com quem? Com o executivo? Com as Associações? -----

- Em trinta de junho, no ponto seis da reunião ordinária da Assembleia Municipal foi aprovado, com dezasseis votos a favor e uma abstenção (estava ausente da sala um membro municipal que não participou na votação) o Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Borba. Nesta mesma reunião ordinária da Assembleia Municipal, apresentei, em nome dos membros da Assembleia Municipal de Borba eleitos pelo Partido Socialista, um Voto de Louvor às Associações e Agentes Desportivos do Concelho. -----

- Desde então, além do inegável e inquestionável apoio logístico que as diferentes Associações do Concelho têm recebido, nada mais foi feito ou dado a conhecer no sentido de agradecer as atrás referidas



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

Associações e Agentes Desportivos do concelho. -----

- Permita-me que recorde que, desde trinta de junho de dois mil e quinze, já foram alcançadas inúmeras conquistas que orgulham e engrandecem o nosso concelho. -----

- Assim, no Futebol, o Sport Clube Borbense competiu durante a época dois mil e quinze / dois mil e dezasseis no Campeonato Nacional de Juniores "C" (Iniciados) com uma prestação notável recebendo rasgados elogios vindos de todo o País futebolístico e que culminaram com a chamada de dois dos seus atletas aos treinos da Seleção Nacional de Sub/15. Recordo ainda que a equipa de Borba atingiu a Fase de Apuramento de Campeão, onde apenas chegaram dezoito equipas a nível nacional. -----

- Ainda no Sport Clube Borbense, os juniores "B" (Juvenis), conquistaram o Campeonato Distrital da categoria, cedendo apenas por duas vezes (uma derrota e um empate, curiosamente em casa), quebrando assim a hegemonia das equipas eborenses. Se analisarmos os vencedores dos diferentes escalões, o Sport Clube Borbense é o outsider dum domínio avassalador do histórico Lusitano Ginásio Clube de Évora. -----

- Com esta conquista, pela primeira vez na história do nosso concelho em geral, e do Sport Clube Borbense em particular, o nosso concelho estará representado na Nacional com duas equipas na próxima época. -----

- No Futsal Feminino, também aqui é uma coletividade do nosso concelho que está a ombrear com a hegemonia eborense, neste caso da equipa Associação Académica da Universidade de Évora – Futsal.

- Em seniores, a formação de Rio de Moinhos participou na Taça de Portugal atingindo a quarta eliminatória, enquanto no Campeonato Distrital ficou em segundo lugar numa prova ganha pela equipa eborense, Porém, em jogo disputado no passado fim-de-semana, a equipa de Rio de Moinhos venceu a Taça do Distrito de Évora, disputando este domingo a final da Supertaça. -----

- Em juniores, a equipa de Rio de Moinhos conquistou o Campeonato e a Taça Distrital. Jogando amanhã - sábado a final da Supertaça. Com a conquista do Campeonato, a formação do nosso concelho teve acesso direto à Taça Nacional onde estão neste momento apuradas para disputar a segunda fase, juntamente com mais sete equipas, quatro da Zona Sul e quatro da Zona Norte. -----

- No Rugby, o Clube de Rugby de Borba que está a cumprir o seu nono ano de existência, alcançou nesta época o ponto mais alto da sua história, com a passagem à Fase Final do Campeonato Nacional da segunda Divisão, conquista esta que acabaria por lhe ser sonogada/retirada na secretaria, devido a um suposto erro...burocrático! -----

- Ainda noutras modalidades, o Barbus Atletismo vem marcando presença em diferentes provas, desde os Infantis aos Veteranos. Em todos os escalões, as (os) atletas borbenses têm recebido os mais rasgados elogios. Ainda no atletismo, e no âmbito do Desporto Escolar, atletas borbenses em representação dos Agrupamentos de Escolas de Borba e/ou Vila Viçosa têm estado em destaque, inclusive, nos finais nacionais. -----

- Menciono ainda, para finalizar, o Todo-o-Terreno onde o piloto de Rio de Moinhos, António Maio, é o



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

atual Campeão nacional de Motos, conquista confirmada em outubro de dois mil e quinze na Baja Portalegre Quinhentos. - Exmo. Senhor Vereador, pelo atrás exposto, facilmente se verifica que Borba é afinal um concelho que aposta no desporto e que se estão, agora mais que nunca, a colher os frutos desta boa aposta. --- Terminando recorrendo a uma frase que é muito cara, nomeadamente, aos seus pares do MUB, **"O mal só avança quando os Homens de bem-nada fazem"**. -----

- Exmo. Senhor Vereador, os Homens de bem estão a trabalhar, e bem. Não queira que o "mal" consiga os seus intentos e consiga avançar, travando aqueles que desinteressadamente andam a trabalhar dia-a-dia para que crianças e adultos pratiquem desporto, e honrem o nosso concelho. -----

- Continuo, como sempre, recetivo para debatermos o modelo para concretização desta ideia, e para que finalmente se alcancem os tão desejados... Consensos! -----

- Borba vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis -----

- Joaquim Manuel Ganito Trincheiras, membro independente da assembleia, eleito para representar o Partido Socialista". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou que "(...) o trabalho de valorização das pessoas está a ser feito, e essa valorização deve ser feita enquanto a pessoa vive (...). Acreditem que enquanto este executivo estiver na Câmara todos serão reconhecidos, independentemente sejam "maiores" ou mais "pequenos". Por vezes reconhece-se mal, quem deveria ser reconhecido muito bem (...)". -----

----- Seguidamente passou a palavra ao vereador Joaquim Serra. -----

----- **O vereador Joaquim Serra** disse "(...) seria mau se na primeira parte da intervenção não tivesse sido feito o reconhecimento à Câmara, pelo esforço e pelo apoio que tem dado ao desporto no nosso concelho, mas isso foi referido (...), é importante que essa ressalva também apareça". -----

----- Realçou o apoio prestado pela Câmara que, segundo disse, ao perceber que não reunia condições financeiras para apoiar o desporto converteu essa ajuda em apoio logístico. Continuou "(...) foi por isso, que foi possível aos Iniciados, disputar a fase final do Campeonato Nacional (...)". -----

----- Acrescentou estarem a ser elaboradas novas propostas aos Regulamentos do Associativismo, com vista, segundo referiu, "(...) a valorizar mais a atividade regular, e criar mecanismos para que os clubes possam ter uma maior participação e uma maior independência". -----

- Sobre a questão do reconhecimento público disse ter sido realizada uma reunião entre a Câmara e as diferentes associações, nomeadamente clubes, mas não terem chegado a consenso, por entre os clubes ter sido notória a existência de algumas "clivagens". -----

----- Seguidamente informou que o desafio consistia na criação de uma Gala do Desporto, mas que esse ou outro evento que viesse a ser criado tinha de ter continuidade no tempo, facto pelo qual devia abranger não só a atividade desportiva, mas também outro tipo de atividades. -----

Realçou o facto de a ideia não estar esquecida, nem ter caído em saco roto, e reforçou "(...) os que trabalham por Borba, merecem ser distinguidos, ser referenciados, e a Câmara, está atenta a isso". ---

----- **O membro Ângelo de Sá** disse estar a sua intervenção relacionada com a ETAR de Rio de



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

Moinhos, e que pretendia realçar o facto de a solução encontrada pelo atual executivo, ser idêntica à apresentada pelo anterior executivo, liderado pelo partido socialista.-----

----- No seguimento com a finalidade de justificar a exposto disse "(...) o que está previsto é que os queijeiros (...) vão ter de se deslocar e pagar cinco euros o metro cúbico (soro), para Évora e eventualmente Sines (...)". -----

----- Continuando disse que o anterior executivo, em conjunto com a empresa Águas do Centro Alentejo, tinha estudado o assunto exposto pelo membro Rui Franco e nesse âmbito elaborado um projeto que previa irem "(...) os esgotos (águas residuais) da Talisca e do Barro Branco (...) através de uma conduta (mini-estação elevatória)", escoar nas condutas de Santiago Rio de Moinhos, que por sua vez iriam confluir numa ETAR Lagunar, a localizar-se a jusante do Monte Branco.-----

----- Afirmou estar disponível para dar conhecimento desse projeto ao novo administrador do processo, empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e segundo disse "(...) para ajudar no que for necessário(...)". -----

----- Acrescentou ter conhecimento que o Instituto Politécnico de Beja em parceria com uma empresa privada tinha elaborado um projeto que permitia transformar os resíduos industriais em equivalente a resíduos domésticos, processo que segundo referiu, no seu entender, após apresentação de uma candidatura conjunta, ficava mais barato aos queijeiros, que transportar os resíduos.-----

----- Por último alertou para o facto de que se não houvesse um acordo entre a autarquia e os queijeiros, se corria o risco dos resíduos das queijarias serem diretamente canalizados para a ETAR, situação que a destruiria por completo, como segundo disse aconteceu em Tolosa (Nisa). -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse "(...) a ideia que foi transmitida à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, era que o anterior executivo, queria tamponar as queijarias". Seguidamente informou que as pessoas, que estão nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, responsáveis pelo estudo/execução dos trabalhos da ETAR de Rio de Moinhos, tinham conhecimento dos processos/projetos existentes. -----

----- Salientou que a Câmara não iria tamponar as queijarias, o mais que poderia fazer era coimar, caso os queijeiros não cumprissem o estipulado. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse (...) estamos a enviar todos os esforços em contacto com várias entidades, no sentido de fazermos uma Assembleia Extraordinária, cujo tema será "As Alterações Climáticas". -----

----- **O membro Luís Baltazar** disse "(...) eu tive conhecimento que o AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo Português, apresentou no mês de março a plataforma Global Fine, aos municípios da CIMAC, onde se insere o município de Borba. O objetivo dessa plataforma é promover a partilha, a atualização e localização das empresas a investidores de todo o mundo. (...) e pode servir de rampa de lançamento para os mercados internacionais. A questão que tenho para o senhor presidente é, de que forma é que o município está a acompanhar esta matéria, de forma a



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

ajudar as nossas empresas, na expansão internacional, uma vez que isto não vigora no Relatório de Atividades do Município". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse ao senhor presidente da Câmara "(...) a Câmara anterior fez muitas reuniões com os queijeiros, e chegou-se à conclusão do projeto que queriam para a ETAR". ---

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Luís Baltazar, que juntamente com o gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, "estamos a tentar colocar todas as empresas, nessa plataforma. As que já exportavam e são reconhecidas a nível internacional, e as outras que ainda não foram lançadas. Todo o levantamento de dados das empresas está a ser feito por uma estagiária que está no município através do PEPAL". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse "(...) existem outros organismos em Borba que também estão a fazer esse trabalho. Seria bom existir uma articulação entre os mesmos, e evitar assim, custos por vezes desnecessários". -----

----- **O Chefe de divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos os presentes, e informou "(...) o relatório financeiro é do primeiro trimestre do ano de dois mil e dezasseis. Vou focar-me no que é mais importante, se houver alguma dúvida estou aqui. A execução da receita está próxima dos trinta por cento (30%); as receitas correntes são da ordem dos vinte por cento (20%); as receitas de capital estão na ordem dos setenta e cinco por cento (75%). A execução da despesa é de sensivelmente vinte e sete por cento (27%); as despesas correntes com trinta por cento (30%); as despesas de capital com quinze por cento (15%). A execução está a decorrer mais ou menos de acordo com o previsto no orçamento, excetuando as receitas de capital, que são muito superiores ao previsto no orçamento, a justificação está relacionada com os dividendos recebidos da venda das participações sociais do Município de Borba, nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo que o orçamento só previa, na fase em que foi elaborado, a arrecadação da receita das próprias ações. Os dividendos, à data ainda não estavam calculados, por isso não entraram no orçamento". Continuou "(...) A dívida de curto prazo a terceiros diminuiu sensivelmente cinquenta mil euros desde o final do ano. Os empréstimos, montantes na mesma ordem, tendo em linha de conta a contratação do curto prazo e a diminuição nos de médio e longo prazo. Na dívida total para o ano, o cálculo já entra em linha de conta, com a receita cobrada no ano de dois mil e quinze (...), andaremos no final do primeiro trimestre com uma margem orçamental total de um milhão e trezentos mil euros, face àquilo que é o limite total da dívida orçamental. A nossa dívida diminuiu nestes primeiros três meses face ao final do ano em cerca de cem mil euros. (100.000,00 €), (...), até aqui, nada de preocupante, tudo de acordo com o que estava previsto. Último ponto, e aquilo que para nós é mais preocupante neste momento, Equilíbrio Orçamental; com a mudança do regime financeiro das autarquias locais, o Equilíbrio Orçamental é extremamente difícil de cumprir, para um município com a nossa situação (empréstimos bancários que pesam muito), se esse equilíbrio fosse calculado no final do primeiro trimestre, isso seria um desequilíbrio orçamental de quinhentos e sessenta e três mil euros (563.000,00€). À exceção do Equilíbrio Orçamental e que



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

tenderá a desagrar-se com o andamento do ano (...), uma vez que as receitas correntes têm aqui um grande peso (...), pois vão aumentando ao longo do ano (...). -----

----- Informou que "(...) o prazo médio de pagamento era de trinta e três dias (...), no entanto no final do ano esse prazo poderá ser inferior. Acrescentou "(...) entre o Relatório de Gestão e o Relatório Financeiro, na dívida total do município há um valor divergente, ele é divergente propositadamente. O Relatório de Gestão á data em que é elaborado para o cálculo da dívida total, tem em conta a imputação da dívida que o município sofre com cada uma das entidades participadas, CIMAC, Associação dos Municípios do Vinho (...)". Quando nós fazemos o cálculo no Relatório de Prestações de Contas, fazemos o cálculo com os dados provisórios do quarto trimestre de qualquer uma daquelas entidades, isto porque elas só apresentam contas, na mesma data e algumas em data posterior (...). À data em que fazemos o Relatório Financeiro já é possível perceber que a CIMAC contribuiu com um valor substancialmente superior para a nossa dívida total (...), tem que ver com uma série de situações, mas não é nada preocupante (...). -----

O município encerra o ano com uma margem e uma folga significativa (...). -----

----- O membro **Ângelo de Sá** disse "(...), foi inaugurada em Lisboa uma loja de produtos locais, que resulta da união de várias associações de nível nacional, onde as empresas podem colocar os seus produtos. Seria bom o GADE (técnica que está a trabalhar no município), contactar esses organismos, de forma a possibilitar a ajuda aos pequenos e médios empresários nas candidaturas às DLBC – Estratégias Para o Desenvolvimento Local". -----

Seguidamente salientou a importância da articulação dos serviços da Câmara Municipal com os organismos que promovem aquele tipo de atividades, na ajuda ao desenvolvimento das empresas locais. -----

----- O presidente da Câmara Municipal disse que tinha de existir entendimento entre os diversos intervenientes, no respeito às candidaturas e apresentação de projetos, aos fundos comunitários, porque se isso não acontecesse não se conseguia fazer nada em prol das populações. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal perguntou ao plenário se havia objecção em que a sessão da Assembleia Municipal continuasse uma vez que já passava da meia noite, e era outro dia. O plenário respondeu que não tinha nenhuma objecção na continuação da sessão da Assembleia Municipal. -----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº 1 da Sessão Ordinária de 12 de fevereiro de 2016. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento á discussão. -----

----- O membro **Ângelo de Sá** disse que continuavam à espera de documentos que tinham sido pedidos, e estavam mencionados na ata (página seis e página sete), mas ainda não lhes tinham sido entregues. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal não havendo mais inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com dezassete votos a favor (eleitos do MUB, CDU, PS e PSD)**. -----

----- De acordo com o nº3 do artigo 34º do Decreto-lei nº4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros Luís Miguel Generoso Baltazar (PS); João Pedro Martins Leitão (PS). --

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Proposta de 1ª Revisão Orçamental (1ª. Revisão ao Orçamento da Despesas e 1ª. Revisão ao Plano Plurianual de Investimento). -----

----- O presidente da Câmara Municipal explicou que a actual revisão orçamental "(...) surgiu da oportunidade de se fazer a construção da ligação da Zona Industrial ao Alto dos Bacelos, à variante e à estrada nacional 255. Continuou "(...) uma segunda necessidade, tem que ver com a aquisição ou não de estudos no que respeita ao investimento económico ou à divulgação do tecido económico (...) e provavelmente com os estudos que poderemos necessitar para as PARU's". Nós entendemos que será uma possibilidade boa para o concelho. (...) A vida é cheia de opções, e as opções deste executivo para esta revisão são estas, as quais entendemos, serem extremamente importantes para Borba". Acrescentou "(...) nós através do Plano de Ajustamento Financeiro, o mais que podemos fazer de investimento é até setecentos e cinquenta mil euros (750.000.00€), o que é limitativo (...)". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** salientou ter três assuntos a colocar, enunciando de seguida que um se encontrava na página número dois do documento onde estava escrito "(...) estimado no montante de 135.000 € (...) trata-se de uma despesa, para a qual se prevê venha a existir cofinanciamento FEDER, uma vez tratar-se de um "fecho de rede". Perguntou "Que se entende por rede?" e continuou "(...) senhor presidente quando disse que se fazia tudo com a prata da casa tem aqui um exemplo (...) que não se consegue fazer tudo com a prata da casa". Seguidamente explicou estar-se a referir ao "(...) pagamento dos estudos que vão ser comprados (...)". -----

----- Acrescentou que o outro assunto estava relacionado com a zona industrial do Alto dos Bacelos referindo que se o projeto tivesse sido atempadamente candidatado, o município teria possivelmente conseguido financiamento para implementar grande parte do projetado. Terminou a sua intervenção referindo as perguntas que queria colocar e a observação feita relativamente aos estudos que poderiam ser comprados. -----

----- O presidente da Câmara Municipal respondeu que poderiam ou não adquirir os estudos acima referidos. -----

"(...) Relativamente à construção da ligação da Zona Industrial (...) variante, á estrada nacional 255, informou que tinha sido informado que o Portugal 2020, não dispunha presentemente de dinheiro para a construção de estradas, mas a primeira fase permitia que tudo o que fossem ligações com as estradas importantes, (fechar rede, ou ligação a redes), seria apoiado, embora neste momento não existisse participação disponível (...). Acrescentou "(...). No entanto, o Portugal 2020, vai ser revisto em dois



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

mil e dezassete, logo se a candidatura for aceite em dois mil e dezasseis, poderá em dois mil e dezassete, a mesma ser financiada na ordem dos 85% (oitenta e cinco por cento), e está dentro do prazo do Portugal 2020". -----

----- Terminou a sua intervenção referindo "(...) esta obra permitirá dinamizar estradas que estão feitas e mal-usadas, bem como dinamizar uma futura zona industrial e facultar boas condições de acesso às pessoas que se deslocam de Vila Viçosa para o Barro Branco e Santiago (...). Em resumo esta estrada permitirá uma melhoria no que respeita à circulação de ligeiros e pesados no concelho (...)". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** disse "(...) aquele troço não vai fechar rede nenhuma (...) porque não faz parte daquela rede (...)". -----

----- Salientou, aquelas estradas foram feitas de acordo com um estudo económico que foi feito na altura. -----

----- Seguidamente, disse ao senhor presidente da câmara "(...) aquilo efetivamente não tem a utilização que devia, porque (...), pergunte ao senhor presidente da câmara de Estremoz que ele explica-lhe". -----

----- O presidente da Câmara Municipal disse "(...) o senhor que andou cá durante doze anos, também deveria ter aprendido com todos os outros presidentes. Talvez Borba não estivesse na miséria em que está! Cheia de dívidas e a pagarmos impostos máximos (...)". Salientou o que está ali em causa, é uma ligação que era importante para Borba. -----

----- Relativamente à aprendizagem, respondeu ao membro **Ângelo de Sá** "(...) a minha vantagem é que eu tanto apreendo com um miúdo, como com um graúdo (...), o senhor deveria aprender como se deve gerir um município como deve ser, já que não o fez (...)". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** respondeu ao senhor presidente, que continuava a aprender todos os dias. -----

----- Referiu que a câmara de Borba em doze anos, investiu cinquenta milhões de euros (50.000.000€) e, ou os investia naquela altura, ou não os investia mais. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal não havendo inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com doze votos a favor (eleitos do MUB e da CDU) e sete abstenções (eleitos do PS e PSD)**. -----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Documentos de Prestação de Contas e Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município. -----

----- O presidente da Câmara Municipal referiu que o município de Borba estava integrado dentro de uma "TROIKA", chamada PAEL, e que com muito bom senso e sacrifício, em dois anos tinha conseguido reduzir, o montante da dívida em sensivelmente três milhões e trezentos mil euros (3.300.000€). -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

----- Informou que o município tinha adquirido três viaturas, e seguidamente referiu a ajuda prestada às Juntas de Freguesia, através de equipamentos e logística. -----

----- Relativamente às Contas disse "(...) este é um documento técnico, que apresenta a forma como o dinheiro foi gasto. As ideias e as intenções são políticas. Uma coisa que todos têm que reconhecer é o esforço empenhado que nós fizemos para tentar equilibrar as contas. Conseguimos baixar os níveis máximos de endividamento ao fim de dois anos, o que nos permite ter um pouco mais de liberdade (...)". -----

----- Continuou "(...) conseguimos neste tempo de mandato, com uma política de proximidade às pessoas, resolver quase de imediato, indiscriminadamente, os problemas das pessoas. Mas acima de tudo, o bom senso de saber como estão as contas (...), nada se gasta, se não houver hipótese de se gastar". -----

----- Realçou o facto da redução da dívida ter sido feita "á conta dos Borbenses". Disse "(...) Um fator importante nesta redução foi o IMI. Após a aprovação das Contas, é intenção deste executivo negociar com a tutela o Plano de Ajustamento Financeiro a que o município está obrigado. (...)". -----

----- Seguidamente enunciou algumas obras feitas por este executivo, e do elo de ligação existente entre as Juntas de Freguesia e as associações / coletividades do concelho. -----

----- Informou que aqueles valores tinham sido conseguidos, não só, mas também, pelo facto do orçamento ter sido feito à "medida". -----

----- Continuou "(...) nunca devemos esquecer o passado, porque quem o faz não tem princípios. Também contribuí para coisas que se passaram no passado. Assumi! Mas, agora penso em Borba e no seu desenvolvimento, estamos cá para resolver os problemas que alguém criou (...)". -----

----- Frisou a confiança que tem nas pessoas com quem trabalha, e disse "(...) a gestão política, social e humana de uma câmara faz-se com o trabalho, e com o empenho de toda a gente. (...) estamos aqui para servir e ajudar os borbenses. Não gosto de política (...)". -----

----- Acrescentou "(...), não vale a pena lamentarmos os investimentos que foram malfeitos, vale a pena sim, ver aquilo que existe e saber aproveitar (...)". -----

----- Seguidamente cedeu a palavra ao chefe de divisão Dr. António Passinhas, para segundo disse "(...) falar dos (...) documentos técnicos (...)". -----

----- **O Chefe de divisão António Passinhas** enunciou alguns assuntos importantes na Prestação de Conta. -----

"Uma - Venda das Participações Sociais nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo. O contrato de compra e venda de ações data de sete de janeiro de dois mil e dezasseis, mas entra nas contas da contabilidade patrimonial, no ano de dois mil e quinze. A lei já estipulava que a transação era efetuada com efeitos retroativos a trinta de junho de dois mil e quinze (...)". -----

-Duas - Após o final do ano as finanças divulgaram os pagamentos em atraso relativos a impostos não cobrados em anos anteriores. Foi registado na contabilidade do município uma dívida da autoridade



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

tributária ao município, no montante próximo de cento e trinta e um mil euros (131.000,00€), e que respeita a impostos que as finanças detetam que estão por receber por parte de contribuintes, e isto também tem reflexos nas contas" -----

----- Informou que estas situações são analisadas com os revisores oficiais de contas (..) -----

----- Relativamente à situação das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, a responsabilidade orçamental é de dois mil e dezasseis. -----

----- Referiu que "a execução da receita e da despesa é superior a noventa por cento (...), o que quer dizer que o orçamento foi feito na medida do possível. Não havia margem para mais". Existiu uma redução da dívida no montante de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000, €), o que nos permitiu sair do excesso de dívida total. Fechámos o ano com uma margem total de mais ou menos setecentos mil euros (700.000€), e a margem utilizável de cerca de cento e trinta mil euros (130.000, €)". -----

----- Informou que o município conseguiu um prazo médio de pagamento na ordem dos trinta e três dias (...). -----

----- O Equilíbrio Orçamental é o indicador mais difícil de cumprir, mas felizmente cumpriu-se e ficou-se com uma margem de vinte e cinco mil euros (25.000. €). -----

----- Os Resultados Líquidos do Exercício são positivos na ordem de seiscentos e quarenta mil euros (640.000, €), e são positivos por diversos fatores, tais como: Venda das Ações, Águas de Lisboa e Vale do Tejo (...), porque ao vendermos a participação social (...), conseguimos anular a provisão que existia, para fazer face a eventuais resultados negativos das Águas do Centro Alentejo. Outro fator foi o registo dos pagamentos em atraso de impostos de anos anteriores por parte das finanças (...). -----

----- **O membro Paulo Ferreira** pediu ao senhor chefe de divisão que lhe esclarecesse uma situação, relacionada com o parecer do ROC- Revisores Oficiais de Contas, e passou a explicar "(...) o qual se divide em três partes fundamentais: Certificação Legal de Contas; Relatório Parecer do ROC e finalmente o Relatório de Auditoria (...). Mas surgem aqui umas frases que me deixam com "a pulga detrás da orelha" (...) quando é dito "(...) entendemos que o exame efetuado proporcionou uma base aceitável (...). E, mais à frente dizem o seguinte (...) "procedemos ao acompanhamento possível" e posteriormente dizem ainda, "(...) analisámos a informação que nos foi disponibilizada". Realçou "(...) nenhuma informação é disponibilizada a uma auditoria, ela é pedida (...). quanto muito diziam não nos foi disponibilizado este ou aquele documento (...)". -----

----- Seguidamente fez referência à frase "(...) emitimos ainda a certificação oficial de contas (...) sem qualquer reserva (...)". -----

----- Terminou a sua intervenção referindo não entender muito bem as situações descritas, e questionou o chefe de divisão, sobre factos acima descritos. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse "(...) não vamos aqui inverter os papéis. Os revisores oficiais de contas fiscalizam o nosso trabalho, eu não me vou pronunciar sobre um relatório dos revisores oficiais de contas (...)". Seguidamente adiantou que em todas as Certificações de Contas

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

que tinha lido, tinha encontrado expressões iguais, às que tinham sido referidas. Acrescentou ser seu entender, que aquelas expressões faziam parte de diretivas de Auditorias dos Oficiais de Contas. Explicando de seguida as expressões “acompanhamento possível”; “(...) não estão mais que a dizer, que fazem o acompanhamento quando vêm visitar o município”. “informação disponibilizada”; “(...) emitem informações sobre a informação que lhes é disponibilizada ou que eles possam ir buscar (...)”. O CLC – certificação legal de contas, sem reservas, é feita com base no que está ou antes, ou seja nos documentos a que eles têm acesso, os revisores oficiais de contas têm acesso a um conjunto de passwords do município, nomeadamente para a grande maioria dos portais que utilizamos (ex. Finanças, segurança social (...)).” Reforçou e garantiu “(...) toda a documentação pedida pelo ROC, foi disponibilizada. O serviço funciona num ambiente de cordialidade e não há nada escondido no que é fornecido (...)”. -----

----- Disse que na sua opinião “(...) aquelas expressões, utilizadas pelo ROC, eram utilizadas como uma forma de se defenderem (...)”. -----

----- **O membro Paulo Ferreira** respondeu “(...) eu também assim o entendo, mas só que estão malfeitas. Para futura defesa da própria câmara, (...) o ROC quando emite uma Certificação Legal de Contas, deveria dizer “toda a informação que solicitámos foi-nos entregue”, a “ base aceitável, foram eles que a escolheram (...)”. -----

Eles deveriam ter dito que vocês foram “prestáveis, lhes deram os documentos que eles pediram, viram o que quiseram (...), estiveram cá o tempo que quiseram”, isso é que era correto, doutra forma não valorizaram o vosso trabalho”. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse “(...) existem algumas contradições na mensagem do senhor presidente. (...) Primeiro diz que vamos sair do PAEL, e posteriormente refere que as taxas são para aplicar até dois mil e trinta e dois (...). Senhor presidente diz que não há dinheiro, mas depois refere que em dois mil e dezasseis, serão apresentados pelo Município de Borba (...), candidaturas a cofinanciamento de operações integradas no programa comunitário de apoio ao Portugal 2020 (...), pretendemos aproveitar essas oportunidades para investir no concelho, de acordo com a suas reais necessidades (...). Mas no Plano de Atividades apenas se referia a alguma remodelação ligeira da rede de águas e esgotos (...)”. -----

----- Relativamente às contas, disse “(...) não duvido dos técnicos, porque até tive o prazer de os conhecer e trabalhar com eles (...), tenho a certeza que o que aqui está, está correto. Agora se o que dá origem aos números está correto, isso já é outra coisa (...), e tenho muitas dúvidas, porque nós temos colocado ao longo dos anos algumas questões, que se pretendem com custos (...) em determinado tipo de obras (...), e eu parto do princípio que ainda há contabilidade de custos (...), se houvesse bastava um simples “click”, para se ir á folha de obra e se saber imediatamente os custos (...)”. -----

----- Relativamente às Grandes Opções do Plano, disse “(...) o senhor presidente tem que começar



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

a pensar no futuro, não pode andar sistematicamente, a dizer que os culpados são os anteriores (...). Estas contas que aqui estão, não adiantam quase nada, exceto aquilo que foi retirado aos borbenses, porque (...) por teimosia nunca se quis baixar (...) a taxa do IMI, enquanto outros municípios o fizeram estando também no PAEL (...). -----

----- Continuou "(...) estes quase três anos são o resultado da política que esse movimento, que o senhor encabeçou, propôs às pessoas (...). A coligação que posteriormente fizeram e que a CDU suporta, (...) acaba por resultar (...) "em uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma". -----

----- Acrescentou que da análise dos documentos, verificaram que a expetativas que foram criadas, não correspondem ao previsto, e nada têm que ver com o previsto no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, em relação há contabilidade de custos (...). Continuou "(...) a visão estratégica da coligação "Borba faz bem", que assenta nas quatro linhas estratégicas, no fundo acaba por corresponder à campanha eleitoral que foi feita, só que eu substituí "Borba diz que faz bem, quando o que faz é pouco e mal". Acrescentou, "(...) continua o concelho a definhar, continua a existir ausência de ideias, tudo o que foi prometido, foi pura e simplesmente ficção (...)". Seguidamente referiu que nem se ia pronunciar, quanto ao apoio prestado às associações (...)". -----

----- Referiu "(...) há equipamentos existentes no município que estão a ser utilizados, e não estão a ser mantidos, estão-se a degradar, os eleitos do PS irão pedir oficialmente uma visita a todos eles, para ver as condições em que se encontram (...)". -----

----- Terminou, a sua intervenção referindo que os eleitos do Partido Socialista, como não queriam ser força de bloqueio, o seu sentido de voto seria a abstenção. -----

----- O presidente da Câmara Municipal disse "(...) existem assuntos que valem a pena discutir, mas existem outros que nem tanto. (...) esses ditos políticos profissionais, pretensiosamente donos de Borba, com uma visão estratégia de Borba (...), são pessoas que tomaram conta de Borba, durante muito tempo e nas condições em que foi (...)". -----

----- O presidente da Assembleia Municipal não havendo inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com onze votos a favor (eleitos do MuB, e um eleito da CDU) e sete abstenções (eleitos do PS e PSD)**. -----

----- No momento da votação estava ausente da sala o membro Pedro Miguel Lopes Grego (CDU). --

----- Os eleitos do Partido Socialista entregaram declaração de voto, (que se arquiva em pasta anexa como documento nº 8). -----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Norma de Controlo Interno – Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento á discussão. -----

----- O presidente da Câmara Municipal informou ser aquele documento, um documento de controlo interno, através dele estabelecia-se um controlo de todos os serviços da câmara. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

----- O chefe de divisão **António Passinhas** informou "(...) esta norma foi elaborada em dois mil e quinze, com o objetivo de entrar em funcionamento no dia um de janeiro de dois mil e dezasseis. Para o município, nós estamos a trabalhar, como se ela estivesse em funcionamento, ou seja, a norma está em funcionamento, só que não veio à Assembleia Municipal, e não veio, porque o regime jurídico é confuso, (...) diz que é competência da câmara aprovar, e diz que é competência do presidente elaborar e depois excetua a norma de ser enviada para a câmara e para a Assembleia. Nós nos serviços elaborámo-la, submetemos para a câmara aprovar, e a câmara aprovou em dois mil e quinze, e em um de janeiro de dois mil e dezasseis, começamos a trabalhar com ela". Continuou "por mera casualidade o tribunal de contas numa apreciação de uma conta de gerência (...), informou o município que necessitávamos de uma nova Norma de Controlo Interno (...), tínhamos seis para a elaborar, e aprovar pela Câmara e pela Assembleia Municipal, e foi só por este motivo que ela veio à Assembleia Municipal (...). A Norma anterior já estava muito desatualizada, quer a nível de serviços, quer da estrutura orgânica do município. -----

----- O membro **Rui Franco** perguntou se o artigo noventa e seis não deveria ser alterado. -----

----- O chefe de divisão **António Passinhas** respondeu que a Norma já tinha sido aprovada pela Câmara Municipal, e já estava em vigor. Acrescentou "(...) O que é pedido é que a Assembleia Municipal vote sobre ela (...). Esta Norma veio trazer mais exigências ao município, do que, as que já existiam (...)". -----

----- O membro **Rui Franco** perguntou se aquela Norma não carecia de publicação em Diário da República. -----

----- Foi-lhe respondido que não. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com dezassete votos a favor (eleitos do MUB, CDU, PS e PSD) e uma abstenção (eleito do MUB). -----

----- No momento da votação estava ausente da sala o membro Pedro Miguel Lopes Grego (CDU). -

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Aprovação do Regulamento Definitivo do Conselho Municipal de Segurança.

O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à discussão. -----

----- O membro **João Pedro** disse que a lei 33/98 de 18 de julho, tinha sido alterada pela lei 106/2015, de 25 de agosto, e como tal para o presente regulamento para estar de acordo com a lei no artigo 2º, (Objetivos) deveria ter anexadas duas alíneas: -----

e) Proceder à avaliação dos dados relativos ao crime de violência doméstica e, tendo em conta os diversos instrumentos nacionais para o seu combate, nomeadamente os Planos Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género – 2014-2017, e apresentar propostas de ação que contribuam para prevenção e diminuição deste crime; -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016)

-f) Avaliar os números da sinistralidade rodoviária e, tendo em conta a estratégia nacional de segurança rodoviária, formular propostas para a realização de ações que possam contribuir para a redução dos números de acidentes rodoviários no município; -----

- No artigo 3º. (Competências), deveriam ser anexadas duas alíneas;-----

- j) Avaliar os números da sinistralidade rodoviária municipal; -----

-k) Avaliar as propostas de Plano Municipal de Segurança Rodoviária;" -----

----- Acrescentou que se disponibilizava para enviar aquelas alterações, caso assim o entendessem.

----- O presidente da Assembleia Municipal informou que por existirem dúvidas acerca do documento e para que o Conselho emitisse novo parecer já com as devidas alterações, este ponto transitaria para uma próxima Assembleia. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal informou que iriam ser lidas, em voz alta, e votadas, as três minutas dos pontos da ordem de trabalhos. -----

----- Colocadas a votação, as minutas foram aprovadas por unanimidade dos presentes. -----

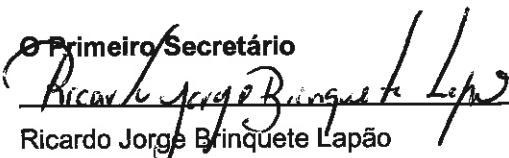
----- No momento da votação das minutas estava ausente da sala, o membro **Pedro Miguel Grego-**

----- Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pela uma hora e trinta e cinco vinte do dia trinta de abril, da qual se lavrou a presente ata composta por trinta e quatro páginas, que por ele vai ser assinada e pelos secretários. -----

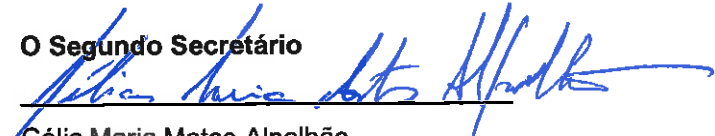
O Presidente da Assembleia Municipal


Luiz Manuel dos Santos Bimbo

O Primeiro Secretário


Ricardo Jorge Brinquete Lapão

O Segundo Secretário


Célia Maria Matos Alpalhão